

NEGOCIAR O IMPOSSÍVEL

As condições atuais da luta das mulheres no Quebec e no Canadá

O movimento feminista no Quebec se compõe de um conjunto de grupos e redes em sua maior parte integrados, de maneira mais ou menos estável, em instituições: sindicatos e outras associações, universidades, organismos de serviços e de assistência social, públicos ou privados. As militantes produzem estudos e programas de ação de inspiração feminista e, nessa base, atuam junto a diversas instâncias. Por outro lado, mobilizam recursos e proporcionam serviços de que as mulheres são beneficiárias: serviços de formação, de ajuda social ou jurídica, de consulta etc. A sobrevivência dessas organizações muitas vezes depende das subvenções que lhes são concedidas pelos governos e outras instituições; sua atividade repousa sobre o trabalho assalariado e o trabalho voluntário de mulheres, numa proporção variável. Esses grupos e essas redes se combinam para promover os interesses das mulheres em certas oportunidades, por exemplo, quando da discussão de um projeto de lei, ou da realização de uma pesquisa pública. Suas militantes partilham uma cultura feminista, alimentada por colóquios, manifestações políticas ou artísticas, publicações. A situação é aproximadamente a mesma nas outras províncias do Canadá.

Esses grupos e essas redes não formam um movimento propriamente dito, mas antes uma direção, uma esteira, o que resta de um movimento quando a grande onda progressivamente já se retirou. Nem por isso os grupos de feministas são ineficazes ou inúteis. Muito pelo contrário, seu dinamismo é notável; muitas vezes conseguem alcançar seus objetivos com poucos meios e em condições difíceis. Entretanto, é próprio a um movimento transcender, transbordar dos objetivos particulares que os indivíduos ou grupos perseguem em seu seio. É próprio a um movimento pedir o impossível e permanecer inarredável a esse respeito. Do impossível, na atual conjuntura, já não se trata mais absolutamente. Como poderá o feminismo sobreviver nessas condições?

Para debater sobre isso, seria preciso definir o feminismo, o que me parece irrealista. Efetivamente, admite-se em geral a existência de vários

feminismos, mais ou menos irredutíveis uns aos outros: o feminismo da Igualdade, o da diferença, os feminismos marxista, materialista, radical, anarquista, ecologista, liberal, o feminismo pós-moderno. Além do mais, cada uma das variedades deverá se revestir de uma cor peculiar segundo a origem ou a identidade de classe, étnica, nacional, regional, sexual, religiosa ou outra coisa de suas militantes. É de se notar que essas nuances são amplamente ignoradas por aqueles e aquelas que não são feministas ou se opõem ao feminismo. Talvez tivéssemos algum proveito em tomar emprestada sua concepção do feminismo em razão da simplicidade. Segundo eles, existem um bom e um mau feminismo. O bom é moderado, razoável, bem compreendido e de bons modos; suas adeptas são mulheres encantadoras, que têm senso de humor. Elas contrastam com as mulheres intratáveis, histéricas, enraivecidas que são identificadas com o mau feminismo: feminismo exagerado, extremista, que procura revanche, a cujo respeito se diz que assusta as outras mulheres, especialmente as jovens, os homens e as pessoas que detêm alguma autoridade. Acrescenta-se logo que está completamente fora de moda.

Obtive essa informação pela observação da mídia do Quebec e do Canadá: imprensa diária e semanal, programas de rádio e de televisão dedicados à informação, ao divertimento ou à ficção. Fato digno de nota, no Quebec as relações entre as mulheres e os homens estão no centro do palco da mídia. Debate-se incansavelmente a esse respeito no intervalo entre as crises constitucionais e as crises meteorológicas. Todos os pontos de vista estão bastante bem representados. Nesse aspecto, a situação parece diferente daquela que estaria prevalecendo nos Estados Unidos, segundo Susan Faludi¹, onde a mídia tem um papel primordial no que a autora chama de guerra contra as mulheres. No Quebec, mais da metade das mulheres de 18 anos ou mais se dizem feministas, de acordo com uma pesquisa recente². Por outro lado, o nível de fecundidade está entre os mais baixos e a nupcialidade está caindo³. Encontra-se também uma proporção considerável de mães que criam seus filhos sozinhas⁴. Pode ser que o feminismo tenha encontrado nesta sociedade uma terra das mais hospitaleiras, mas qual

¹ FALUDI, Susan. *Backlash, la guerre froide contre les femmes* Paris: Antoinette Fouque, 1991

² Essa pesquisa foi realizada pelo Groupe Léger et Léger, a pedido de *La Gazette des Femmes*, publicada pelo Conselho do Estatuto da Mulher do Quebec. Vide vol. 15, nº 6, março/abril 1994.

³ No Quebec, o índice de fecundidade era de 1,4 filho por mulher no meio dos anos 80, estando em 1,6 desde o início da última década. Tomo esses dados de GAUVREAU, Danielle. La Fécondité incertaine. *Sociologie et Sociétés*, vol. XXVI, nº 2, outono de 1994.

⁴ No Quebec, o índice real de monoparentalidade era de 20,8% em 1986, segundo Renée B-Dandurand e Lise Saint-Jean; trata-se do índice calculado sobre o conjunto das famílias parentais. Mais de 82% dos responsáveis por essas famílias são mulheres. Ver B.-DANDURAND, Renée e SAINT-JEAN, Lise. *Des Mères sans Alliance. Monoparentalité et désunions conjugales*. Montréal: Institut Québécois de Recherche sur la Culture, 1988. Héliène Desrosiers, Céline Le Bourdais e K. Lehrhaupt julgam que, se a tendência atual se mantiver, 39% das mulheres do Quebec viverão em algum momento em situação de monoparentalidade; ver *Monoparentalité et Recomposition Familiale chez les Québécois*, relatório de pesquisa entregue ao Conselho da Família, Ste.-Foy, 1993.

feminismo? O bom ou o mau? Não antecipemos, pois ainda não esgotamos essa distinção.

O feminismo (certamente o bom) seria responsável pelos ganhos conseguidos pelas mulheres no decorrer das últimas décadas, pelo menos em certos países, principalmente o nosso. Vamos nos limitar às conquistas julgadas fundamentais: o acesso maciço das mulheres ao trabalho assalariado, a liberalização da contracepção, do aborto e do divórcio, a obtenção da igualdade jurídica em relação aos homens, a introdução ou a aplicação de disposições legais ou constitucionais proibindo a discriminação por sexo. Acrescente-se a essa lista a implantação de políticas visando atenuar o efeito da discriminação sistêmica em diversos campos e a adoção de medidas para defender as mulheres contra a violência masculina. Entretanto, conviria nos interrogarmos quanto à origem dessas mudanças, às condições de sua realização e seu impacto sobre as mulheres, o que faremos rapidamente, limitando-nos aos casos do Quebec e do Canadá. No conjunto, seu valor emancipatório é ambíguo.

É verdade que, para as mulheres, o trabalho pode se inscrever num projeto de liberdade, como pretendia Simone de Beauvoir. Entretanto, a condição assalariada agora representa uma obrigação para todas, não apenas as solteiras como também as que têm um cônjuge e as que têm filhos pequenos⁵. A renda proveniente de um único salário não permite mais a uma família viver segundo as normas de sua classe, salvo exceção. São também raros os homens dispostos a manter uma mulher durante sua vida inteira. Não foi então o feminismo, porém a economia e a sociedade de consumo que tornaram obsoleta a mulher que não trabalha fora⁶. A reestruturação do mercado privilegiou o trabalho feminino, flexível, pouco valorizado, fracamente sindicalizado, disponível em meio expediente, em horários quebrados, em trabalho feito em casa⁷. As mulheres ficam sempre concentradas nos guetos de emprego ditos femininos, e sua remuneração representa apenas uma fração (menos de dois terços) da masculina. Essas duas condições não evoluem em absoluto apesar do aumento do nível de escolaridade das mulheres. O desemprego, o avesso do trabalho assalariado, é uma catástrofe para as mulheres, particularmente as responsáveis por famílias, que vêm

⁵ 60% das canadenses de mais de 15 anos fazem parte da mão-de-obra ativa. No Quebec, a proporção de ativas entre as mães de crianças de menos de seis anos é atualmente de 57%; estima-se que essa proporção estará situada entre 80 e 85% no ano 2000. Esses dados são tirados do estudo de CORBEIL, Christin, DESCARRIES, Francine, GILL, Carmen e SÉGUIN, Céline. *Une Pratique de Maternité: les femmes au foyer*. In: B.-DANDURAND, Renée e DESCARRIES, Francine (org.). *Mères et Travailleuses. De l'exception à la règle*. Montreal: Institut Québécois de Recherche sur la Culture, 1992

⁶ CORBEIL, C., DESCARRIES F. et al. (op. cit.) estimam em 30% a proporção das mulheres canadenses que não trabalham fora. Segundo elas, essa estatística deveria ainda ser revista por baixo, porque compreende as aposentadas e as mulheres em situação de descontinuidade de emprego.

⁷ Sobre a complexa relação entre a descontinuidade profissional, os encargos de família e as características do emprego feminino, consultar os trabalhos de Marianne Kempeneers, em particular *Le Travail au Féminin: analyse démographique de la discontinuité professionnelle des femmes au Canada*. Montreal: Les Presses de l'Université de Montréal, 1992.

engrossar as estatísticas da assistência. Enfim, as mulheres assalariadas assumem ainda por cima a quase totalidade do trabalho doméstico, o cuidado e a educação das crianças e muitas vezes a manutenção dos pais idosos⁸. Essa situação não precisa mais de demonstração e não muda, apesar do discurso sobre a divisão de tarefas. Assiste-se portanto a uma mobilização e uma exploração sem precedentes da força de trabalho coletiva das mulheres, na frente doméstica e na do mercado. Embora inúmeras estatísticas mostrem essa realidade, sua significação teórica é o mais das vezes ocultada.

Do mesmo modo que o trabalho assalariado, a maternidade é uma obrigação social; que ela seja interiorizada sob a forma do desejo de filho não muda nada. Mas a contracepção também é obrigatória. No Quebec e no Canadá é conveniente ter um ou dois filhos; as mulheres que têm vários se expõem ao ridículo e à pobreza. Em muitos países pobres, os Estados nacionais e os organismos internacionais fazem esforços para impor a contracepção e a esterilização, muitas vezes contra a vontade das mulheres, para quem os filhos são o único recurso e a segurança para o futuro⁹. Em 1990, em Montreal, as feministas em 24 horas organizaram uma manifestação monstro, em pleno período de férias de verão, para apoiar a causa de uma jovem, Chantal Daigle, a quem a Corte Superior do Quebec havia proibido abortar depois de uma intimação movida por seu ex-amante. A Corte Suprema do Canadá invalidou esse julgamento, criando um vazio jurídico em relação ao aborto, vazio aliás providencial. Mas será que não é possível imaginar que as mulheres também teriam se manifestado se o ex-amante dessa mulher a tivesse obrigado a abortar? (Vários prelados teriam certamente vindo engrossar as fileiras.) O que está fundamentalmente em jogo não é a liberdade das mulheres de procriar ou de se recusar a fazê-lo contra a ingerência dos homens e a dos poderes públicos? Essa liberdade é precária.

A liberdade sexual que elas têm também é muito limitada, apesar das aparências. São sempre os homens que determinam os limites e as condições nas quais a sexualidade das mulheres pode se exercer. Para as heterossexuais, esse exercício depende diretamente do valor que elas têm no mercado das trocas sexuais, valor estabelecido segundo normas que, como se sabe, não se aplicam aos homens: idade, aparência física, atitudes. A liberalização do divórcio e o desmoronamento da antiga moral sexual provocaram uma reorganização do mercado matrimonial e do mercado das trocas sexuais, com vantagem quase exclusivamente para os homens. Uma parte não desprezível das mulheres está expulsa desses mercados, mas os conventos não existem mais...

⁸ Segundo Statistique Canada, nas famílias onde ambos os cônjuges trabalham, 52% das mulheres são completamente responsáveis pelas tarefas domésticas e 28% quase inteiramente. Esses números são citados por STANTON, Danielle. *Le Retour du Balancier*, *La Gazette des Femmes*, cit.

⁹ Inspiro-me em particular em AFIAMI GNANSOUNOU, Elisabeth. *Organisation Sociale et Planning Familial au Bénin*. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Sociologia da Universidade de Montreal, 1994.

Se os homens estão ficando raros a título privado, em compensação invadem a vida das mulheres em sua qualidade de homens públicos: governantes, magistrados, administradores, funcionários. Realmente, no Quebec e no Canadá, os programas e as intervenções contra a desigualdade e a discriminação em diversos campos, contra a violência e o assédio sexual, dependem principalmente dos governos e dos tribunais. Assim também, o Estado toma conta de uma grande parte das mães sem marido e das mulheres que ficam sem recursos por causa da idade ou de falta de formação, depois de um divórcio, uma demissão etc. À assistência social propriamente dita, acrescentam-se programas de ajuda e apoio, sem esquecer os serviços sanitários. O Estado-pai, o Estado-cônjuge, o Estado-tutor nutre e defende suas mulheres, com uma generosidade e uma dedicação no entanto muito variáveis, como em qualquer lar. Efetivamente, apesar do apoio do Estado, as mulheres empobreceram durante as duas últimas décadas, particularmente as que vivem sozinhas e as que são o único responsável por uma família¹⁰. Podemos nos perguntar se a ação dos poderes públicos não teve como resultado liberar os homens das mulheres e não o contrário, substituindo a responsabilidade masculina junto às mulheres e às crianças.

As mulheres se tornaram uma categoria de ordem administrativa e alvo de uma atividade de gestão específica, como os outros grupos que trazem problemas: os ameríndios, os imigrantes, os delinquentes, os deficientes, os doentes mentais e vários outros. Nessas condições, os direitos das mulheres, segundo a expressão consagrada, serão eles ainda um meio de liberação? Se a realização efetiva desses direitos não depende mais da mobilização política das mulheres, ela terá tendência a se efetuar de acordo com as regras e as estratégias dos burocratas, no interesse dos políticos e dos administradores. As mulheres não estão a salvo do controle e da manipulação pelos aparelhos do poder, mesmo quando eles vêm em defesa delas e asseguram sua proteção. O respeito pelas mulheres é o avesso glorioso da misoginia, como escreve Sarah Kofman, um efeito paradoxal da inferiorização¹¹. Diversos grupos expostos ao racismo ou à discriminação também vivem essa contradição: as minorias étnicas e culturais, as minorias sexuais, as pessoas idosas, as crianças. Por exemplo, a prática do "politicamente correto" aparentemente eleva o *status* dos grupos oprimidos, confere a eles reconhecimento e visibilidade. Entretanto, não lhes permite escapar à classificação. Realmente, para serem reconhecidos, esses grupos têm que se amoldar à necessidade de pertencer a uma categoria oprimida e, desse ponto de vista, cada um tem

¹⁰ Ver GUNDERSON, Morley e MUSZYNSKI, Léon. *Vivre ou Survivre? Les femmes, le travail et la pauvreté* Ottawa, Conseil Consultatif Canadien sur la Situation de la Femme, 1990. De acordo com esse estudo, as mulheres representam 58,7% das pessoas economicamente fracas no Canadá. No decorrer do período de 1971 a 1986, o número de mulheres canadenses que vivem abaixo do limite da pobreza progrediu em 110,3%; esse crescimento foi de 23,8% para os homens. O risco de vir a conhecer a penúria econômica é mais alto entre as mulheres que vivem sós e aquelas que são responsáveis por uma família monoparental.

¹¹ KOFMAN, Sarah. *Le Respect des Femmes* Paris: Galilée, 1982.

além disso que enfrentar a concorrência dos outros. Nesse contexto, a capacidade de organização e de subversão das mulheres, liberada pelo movimento feminista dos anos 70, foi canalizada para uma interminável negociação com as instituições.

Esse feminismo mobilizador, ao qual no entanto não se atribui vitória alguma, é o espectro que assombra a Europa Ocidental e a América do Norte, para parafrasear Marx e Engels. A simples menção da luta de sexos provoca horror. Efetivamente, a luta pode acarretar a recusa à cumplicidade, a retirada do consenso, a ruptura da negociação. Ela se torna possível quando a relação social geral entre os sexos está desvendada, demonstrada. Isto ocorreu algumas vezes no curso da história recente, principalmente na década de 70¹². As teorias produzidas pelo movimento feminista durante esse período convergem em certos pontos fundamentais. Os sexos são construídos socialmente na base de uma relação desigual à qual as mulheres estão coletivamente submetidas. Ela se materializa na exploração, na apropriação das mulheres, sua sujeição e inferiorização. Diversas problemáticas privilegiaram uma ou outra dessas dimensões da relação dos sexos. As teorias não concordam quanto ao que estaria na origem da desigualdade: o corpo, o psiquismo, o poder, a cultura, a atividade de produção ou de reprodução. Todavia, elas consideram que essa relação é estruturada, organizada, e que atravessa o conjunto das instituições. Será talvez necessário lembrar que a conjuntura intelectual e política daquele período era relativamente favorável ao pensamento contestador, nas sociedades em que o feminismo se desenvolveu.

A conjuntura atual é mais conservadora e repressiva. A relação geral entre os sexos é menos visível, poder-se-ia até acreditar em seu desaparecimento. Em primeiro lugar, certas condições de troca desigual entre os sexos foram reorganizadas: a articulação do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, as regras da reprodução, as práticas matrimoniais e sexuais. Já descrevemos rapidamente essas novas condições no Quebec e no Canadá. Tem-se também que levar em consideração a presença mediadora do Estado nas relações entre homens e mulheres. As mulheres retiram coletivamente pouco proveito dessas mudanças, mas no plano pessoal tiram disso maior autonomia, o que cria a ilusão de que a relação entre os sexos não existe mais. Além disso, certas manifestações dessa relação se atenuaram; o sexismo, em particular, já não está tão presente na linguagem e no comportamento dos homens, pelo menos em certos meios. Essa mudança é um ganho indubitável da luta das mulheres. Finalmente, o caráter cada vez mais abstrato, impessoal, sistêmico da dominação e da exploração também diminui a visibilidade da relação entre os sexos, como a das relações entre as classes e as sociedades. Conseqüentemente, agora parece inútil acusar os homens, os políticos ou os

¹² Francine Burnonville mostra bem a inscrição do feminismo nas lutas sociais e políticas das mulheres desde há dois séculos. Ver BURNONVILLE, F. *Les Femmes Sont-elles Allées Trop Loin? De la citoyenneté au pouvoir politique*. Montreal, Le Jour, 1992.

patrões quando as coisas vão mal, porque eles não teriam praticamente nada com isso. O avesso dessa problemática é a concepção bastante difundida da sociedade como um palco onde se desenrolariam as estratégias, os desejos, os valores, as escolhas conscientes e deliberadas de todos e cada um dos atores sociais e das atrizes, criando e recriando livremente seu destino.

Nessa conjuntura, uma intimação ameaçadora é feita às mulheres em geral e às feministas em particular: escondam essa relação entre os sexos que não pode ser vista, para dizê-lo desta vez à maneira de Molière. Falem antes de todas essas relações entre homens e mulheres de que cada uma é única, original, cujo número, variedade e complexidade são infinitos. Ora, se a relação entre os sexos permanece inalterada, é preciso novamente demonstrar e denunciar isso. É a tarefa prioritária do feminismo e a condição de sua sobrevivência. Se não, renunciaríamos ao impossível: a liberdade.